

ANTHROPOCENE CAMPUS LISBOA

PARALLAX

O *Anthropocene Campus Lisboa: Parallax* é um evento organizado pelo centro de investigação português CIUHCT, no âmbito do seu projeto Anthropolands, que tem lugar na Culturgest, em Lisboa, de 6 a 11 de Janeiro de 2020. Este *campus* é parte do *Anthropocene Curriculum* inaugurado pela Haus der Kulturen der Welt (HKW) e o Max Planck Institute for the History of Science (MPIWG), na Alemanha, que deu lugar a dois *Anthropocene Campus* em Berlim (2014 e 2016) e a várias outras iniciativas em diferentes partes do mundo.

De acordo com os dicionários, paralaxe é “o efeito pelo qual a posição de um objeto parece mudar quando vista a partir de posições diferentes”. Os desafios do Antropocénico requerem ações de investigação transversais às barreiras disciplinares para permitir criar novas formas de criação e partilha de conhecimento. Porém, se uma abordagem transdisciplinar é necessária, isto não implica apontar para um quadro de integração unitária. Pelo contrário, novas intuições construtivas poderão surgir apenas de uma troca aberta, não hierárquica e até conflitual, em que múltiplas perspetivas sobre a realidade, não necessariamente compatíveis, estejam em causa. Levar a sério o efeito de paralaxe significa não o descartar como apenas um erro ou um movimento “aparente”. O movimento está lá, e temos que nos mover para o acompanhar.

O *Anthropocene Campus: Parallax* utiliza o efeito de paralaxe para explorar as questões de transformação e colapso ambiental e social que o termo Antropocénico evoca. Para esse fim, propomos organizar a discussão em volta de dois eixos interligados e complementares, mas muitas vezes separados: por um lado, os sistemas de organização social e tecnológica, que determinam quais as ações possíveis num determinado contexto histórico; por outro, a perceção e a narrativa, que determinam os limites da nossa compreensão e imaginação. Poder e discurso são negociados, desafiados e perpetuados através de ambas as dimensões, assim definindo as condições de vida na contemporaneidade.

Ao longo destes dias, é possível visitar a instalação do coletivo West Coast, na sala 5, e a obra da artista estado-unidense Aidan Koch, no foyer do Grande Auditório.

que põem a causa a sobrevivência de humanos e não-humanos. Recentemente, tem defendido uma alteração das formas de ser e conhecer humanas para que possam “ultrapassar um antropocentrismo profundamente enraizado e venerado”. Entre os artigos recentes destacam-se *Climate and Capital: On Conjoined Histories* (2014), *Humanities in the Anthropocene: The Crisis of an Enduring Kantian Fable* (2016) e *The Politics of Climate Change Is More Than the Politics of Capitalism* (2017).

AIDAN KOCH

(Seattle, 1988) é uma artista sediada em Nova Iorque, cuja prática multidisciplinar inclui narrativas gráficas de carácter experimental. A sua banda desenhada decompõe o meio aos elementos mínimos, trilhando fragmentos visuais e verbais ambíguos entre visível e ausente, poesia e silêncio. Nos seus trabalhos são recorrentes motivos como artefactos de culturas clássicas e antigas, que transitam da banda desenhada para pinturas, esculturas, cerâmicas e têxteis. Do seu percurso, destacam-se os livros de banda desenhada *The Whale* (2010), *The Blonde Woman* (2012) e *Impressions* (2014), bem como múltiplas exposições individuais e em grupo nos EUA e Europa.

WEST COAST

Coletivo nómada de investigação e criação artística em torno do território e das suas diferentes dimensões – estética, cultural, social, ambiental – composto por Álvaro Fonseca, Francisco Pinheiro, Laura Marques, Nuno Barroso e Paulo Morais. A proposta apresentada resultou de residências do projeto Guarda-Rios nas regiões do Tejo e Douro Internacionais onde caminharam nos leitos secos de rios e ribeiras, paisagens lunares que revelaram arquiteturas ancestrais e objetos residuais daqueles territórios afetados pela desertificação física e humana.

SCOTT KNOWLES

é professor e diretor do departamento de História da Universidade de Drexel, na Pensilvânia, e investigador no Centro de Pesquisa de Desastres da Universidade do Delaware. Desde 2011, é membro da comunidade de pesquisa colaborativa Fukushima Forum, com a qual está a preparar um volume coletivo sobre os desastres de Fukushima. Com Amy Slaton e Tiago Saraiva, em 2017, organizou o *Anthropocene Campus Philadelphia* na Universidade de Drexel. O seu livro mais recente é *The Disaster Experts: Mastering Risk in Modern America* (2011) e é coeditor da série *Critical Studies in Risk and Disaster*. Entre as suas intervenções, destacam-se *Lessons in the Rubble: The World Trade Center and the History of Disaster Investigations in the United States* (2002), *Why Hurricanes Harvey and Irma won't lead to action on climate change* (2017) e *The Other Uncertainty: The View from Disaster History* (2019).

DIPESH CHAKRABARTY

(1948, Calcutá, Índia) é professor de História e Estudos do Sudeste Asiático na Universidade de Chicago. É o autor de *Provincializing Europe* (2000) e um historiador central na área dos estudos pós-coloniais. Publicou *The Climate of History: Four Theses*, o primeiro de vários artigos sobre o Antropocénico que se tornaram tão influentes quanto controversos. O artigo foi criticado por apoiar uma universalidade humana que ignora classe, raça e género no desenvolvimento da pegada ecológica da humanidade, em contraste com o papel do autor no campo da teoria pós-colonial. Em resposta, as *Quatro Teses* de Chakrabarty provocaram uma discussão extensa sobre quem é realmente o “Anthropos” no Antropocénico, e como as divisões políticas e socio-económicas entre o Norte e Sul do hemisfério têm relevância para compreender as várias ameaças

WEST COAST

Sala 5

Instalação composta por objeto, fotografias, projeções de vídeo e ambientes sonoros, resultantes de duas residências artísticas do projeto Guarda-Rios.

AIDAN KOCH

Foyer do Grande Auditório

Uma instalação composta por seis impressões sequenciais penduradas em linho. As imagens são inspiradas nas árvores da Floresta Amazónica, uma referência ao impacto humano na saúde em geral e no estado do meio ambiente.

ORGANIZAÇÃO
CIUHCT – Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia, Antropoland



ANTHROPOLANDS
ANTHROPOLANDS.CIUHCT.ORG
PTDC/IVC-HFC/6788/2014

APOIO
Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Faculdade de Ciências e Tecnologia Universidade NOVA de Lisboa, Faculdade de Ciências Universidade de Lisboa

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Cofinanciado pelo programa Europa Criativa da União Europeia no âmbito do projeto ACT – *Art, Climate, Transition*



Inserido do programa Lisboa Capital Verde Europeia 2020



Culturgest

6–10 JAN 2020
SEG–QUI

Vários espaços na Culturgest

7 JAN

TER 18:30

Grande Auditório

SCOTT KNOWLES

A GOVERNAÇÃO DO RISCO NUM PLANETA EM AQUECIMENTO

Em 2017, o incêndio em Pedrógão Grande matou 66 pessoas e causou 500 milhões de euros em danos. Em outubro do mesmo ano, morreram mais 45 pessoas em incêndios que varreram regiões de Espanha e Portugal. Os fogos florestais arrasadores transformaram-se numa “nova normalidade” em Portugal, e as justificações dos legisladores e da guarda florestal centram-se nas alterações climáticas e no fogo posto. Apesar de não se poder rejeitar estas causas, existem outras razões importantes e históricas para a atual epidemia de fogos florestais. Começando com o Estado Novo fascista nos anos 30, o governo português promoveu um projeto para a criação de um pinhal nacional, que materializou simultaneamente vários objetivos: estabeleceu uma nova indústria de produtos florestais onde antes não existia nenhuma, incluindo a produção de resina, numa articulação cuidada com a construção de barragens hidroelétricas na região centro do país; e construiu uma identidade nacional em torno da “floresta portuguesa”, em linha com as prerrogativas histórico nacionalistas do Estado Novo.

A economia do pinheiral prosperou, mas no início de 1961 os fogos florestais começaram a aparecer, e ao longo do tempo o regime promoveu a substituição do pinheiro pelo eucalipto – com um crescimento mais rápido e capaz de ser transformado em polpa de celulose desde o início de 1957. Nos anos 60, o Estado Novo foi reformulado por esforços significativos de industrialização, reforçados pelo Plano Marshall, pela entrada de Portugal na NATO e por investimentos do Banco Mundial, tendo como consenso a ideia de que o eucalipto seria o futuro do setor florestal em Portugal. O fim do regime fascista em 1974 e o despovoamento do território florestal não significou o fim da indústria de produtos florestais, apenas o fim de uma

gestão florestal rigorosa e a subsequente supressão de incêndios. De facto, a intensificação do cultivo do eucalipto tem levado a um aumento de rendimento, mas também a um risco muito mais elevado de fogo florestal – e a guarda florestal é incapaz de gerir as florestas desmesuradas, conseguindo apenas proteger as vilas e aldeias. Existe um debate significativo acerca dos problemas causados por proprietários ausentes, a responsabilidade dos grandes produtores de polpa de celulose em relação à gestão do eucalipto, e o interminável fascínio com o pirómano sinistro como agente da destruição da floresta. O crescente desastre que caracteriza as políticas florestais fascistas é agora a herança de Portugal, perante um Estado que tenta gerir a floresta, manter a indústria florestal saudável e adaptar-se às alterações climáticas. Qualquer explicação para o problema atual dos incêndios florestais em Portugal que não considere uma narrativa histórica compreensiva aborda apenas uma pequena parte da narrativa de uma enorme transformação ecológica, tornada rentável através das ações de um Estado autoritário.

Scott Knowles

9 JAN

QUI 18:30

Grande Auditório

DIPESH CHAKRABARTY

O CLIMA DA HISTÓRIA: 10 ANOS DEPOIS

As alterações climáticas constituem um problema contínuo, e a resposta humana a este desafio – tanto prática como intelectual – irá sem dúvida sofrer alterações de acordo com as realidades futuras que viremos a enfrentar. Há dez anos, antes do quarto relatório de avaliação do PIMC (Painel intergovernamental sobre mudanças climáticas) se tornar um assunto de discussão por parte dos média, tanto impressos como digitais, uma simples lista de questões a debater sobre as mudanças climáticas teria tido uma reação muito diferente e muito menos urgente do que têm as questões sobre o clima hoje em dia. Há dez anos era difícil, por exemplo, despertar os cientistas sociais na Índia – país de onde sou e que se encontra entre os quatro maiores emissores de gases de efeito de estufa – para a temática das alterações climáticas. No entanto, estava tudo muito absorvido na discussão em torno da globalização. Falava-se profusamente sobre Foucault e Agamben, governamentalidade, biopolítica e os economistas Sen, Stiglitz e Bhagwati, e não sobre Paul Crutzen, Eugene Stoermer ou a ideia do Antropoceno. O primeiro ensaio que escrevi sobre as alterações climáticas – *O clima da História: quatro teses* – foi originalmente escrito em Bangla (Bengali) e editado numa publicação de Calcutá, a *Baromas*, em 2008. Ninguém naquela cidade (ou em outro lugar qualquer) prestou grande atenção até eu o traduzir e expandir para uma versão em inglês para a publicação americana *Critical Inquiry*, que o editou em 2009. Esta experiência levou-me à realização de dois aspetos sobre o mundo contemporâneo que habito. Nem todas as questões globais eram igualmente globais. A globalização – incluindo questões sobre multinacionais, mercados financeiros, derivados e estruturas financeiras complexas, a internet, redes sociais e, claro, os meios de comunicação globais – era um tema genuinamente global e discutido por toda a parte, mas o aquecimento global não. E também

se tornou claro quem define os parâmetros do debate. Eram os cientistas de nações que tinham um papel histórico na precipitação do problema do aquecimento global através das suas emissões de gases de efeito de estufa altamente poluidores – por exemplo, os Estados Unidos, o Reino Unido, a Austrália e outros países desenvolvidos – que desempenhavam dois papéis centrais: enquanto cientistas, descobriram e definiram o fenómeno da alteração climática antropogénica, e enquanto intelectuais, garantiam a disseminação do seu conhecimento para que a questão fosse debatida na esfera pública de forma informal. [...] Os cientistas de economias emergentes como a China e Índia permaneciam circunscritos às suas áreas de pesquisa especializada. Nenhum deles, segundo o meu conhecimento, escreveu um livro para explicar o aquecimento global aos leitores não especializados. O aquecimento global é um fenómeno planetário. Mas como tema de discussão, parecia estar distribuído de forma muito desigual pelo mundo. Nos últimos dez anos, esta situação tem vindo a mudar – devido em parte ao aumento da frequência e fúria dos eventos climáticos extremos em diferentes partes do mundo – mas não substancialmente. Quais as implicações desta disparidade na distribuição de informação? Certamente influencia o debate “global” sobre as alterações climáticas de várias formas. Quando os governos convergem em fóruns globais para discutir e negociar acordos globais sobre as alterações climáticas, não vêm equipados com as mesmas noções do discurso público informado das suas respetivas nações, enquanto alguns governos, assumidamente, nem querem que existam públicos informados. Mais importante, isto significa que os nossos debates permanecem primeiramente ancorados nas experiências, valores e desejos de países desenvolvidos, ou seja, do Ocidente (associando também o Japão por enquanto), mesmo quando pensamos que estamos a argumentar contra o que entendemos como os interesses egoístas deste mesmo “Ocidente”.

Dipesh Chakrabarty